



ATA DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA

Equipe de Correição: Adalcídio Pereira Júnior, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Cleybson Ferraz Cascimiro, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Maria Elizabete dos Santos Melo, Reginaldo Pires Moura Brasil, Silvana Marsicano Franca, Simone Farias Perrusi, Talita Simões Leão e Valdevina Félix da Costa Pereira.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 5.650, de 11/12/1970
Data de instalação	1º/03/1971
Data da última correição	18 de agosto de 2020
Período correicionado	1º/08/2020 a 31/07/2021

Aos 19 dias do mês de agosto de 2021, sob a supervisão do Excelentíssimo Senhor Desembargador Vice-Presidente e Corregedor **THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 17/2021 publicado no DA-e e DEJT, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

O Desembargador Corregedor abriu a sessão telepresencial contando com a participação da Juíza Titular Solange Machado Cavalcante, do Juiz Substituto Sérgio Cabral dos Reis, do Diretor de Secretaria e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas SUAP, e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de **1º/08/2020 a 31/07/2021** (12



meses) e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada Titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Solange Machado Cavalcanti	23/04/2012 – Ato TRT GP nº 086/2012

1.1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Sérgio Cabral dos Reis	03/02/2020 – Ato TRT SCR nº 005/2020

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Ana Áurea Mendes da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	18/06/2012
Ana Carolina Silva Costa Miranda	Assistente de Juiz Titular	28/04/2012
Anarina Claudia Rocha de Freitas	Analista Judiciário – Assistente III	10/01/2017
Eduardo Sávio Ferreira de Carvalho	Analista Judiciário – Secretário de Audiência	1º/10/2012
Fauzi Elesbao Felipe	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	27/01/1992
Fernando Escarião Rodrigues	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	17/03/2006
Heldegardo dos Santos	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	02/05/2012
Jose dos Anjos Pereira Neto	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	18/12/2012
Jose Rodrigues da Silva Neto	Técnico Judiciário – Assistente III	28/01/1992
Larissa de Macedo Ferreira Mota	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	02/02/2020
Marcos Felix da Silva Junior	Técnico Judiciário – Calculista	28/11/2016
Pedro Luiz Ignacio	Técnico Judiciário	1º/06/2015
Ricardo Antonio Negromonte Montenegro	Técnico Judiciário – Assistente III	21/05/2019



A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual nos sistemas SUAP e PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

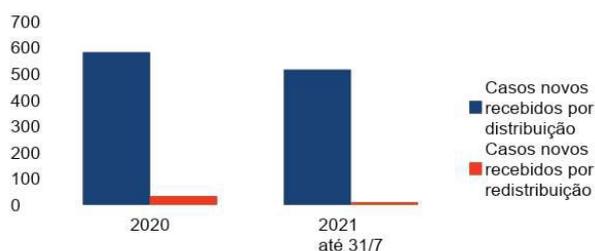
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/07/2021, um acervo processual de **3.430** processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	1.065
Fase de Liquidação	15
Fase de execução	2.343
Cartas precatórias e de ordem	7
TOTAL	3.430

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2020	2021 até 31/07
Casos novos recebidos por distribuição	582	515
Casos novos recebidos por redistribuição	33	10
TOTAL	615	525

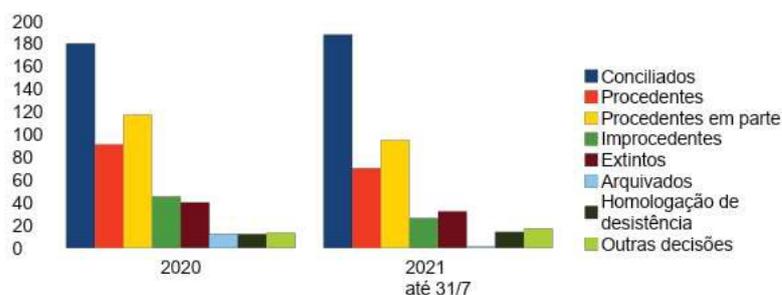




No período correicionado, há registro de 1 processo recebido com sentença anulada pela instância superior (0000852-69.2019.5.13.0002) e de 1 processo com sentença reformada pela instância superior (0001703-79.2017.5.13.0002).

2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte:Hórus)

Item	2020	2021 até 31/07
Conciliados	180	188
Procedentes	91	70
Procedentes em parte	117	95
Improcedentes	45	26
Extintos	40	32
Arquivados	12	1
Homologação de desistência	12	14
Outras decisões	13	17
TOTAL	510	443

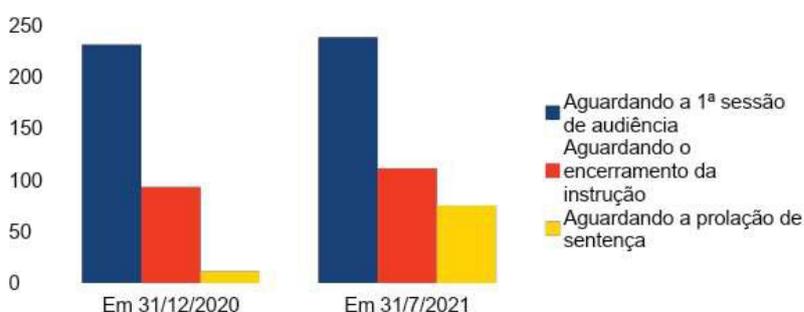


2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:



Item	Em 31/12/2020	Em 31/07/2021
Aguardando a 1ª sessão de audiência	231	238
Aguardando o encerramento da instrução	93	111
Aguardando a prolação de sentença	11	75
TOTAL	335	424



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2020	2021 em 31/07	Varição (%) 2020/2021
Fase de conhecimento	1.038	1.065	2,60%
Fase de liquidação	17	15	-11,76%
Fase de execução	2.445	2.343	-4,17%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.



3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1 Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo:

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	22	19	15	17	-
Conciliação em conhecimento	44	38	50	51	3
Conciliação em Execução	45	12	46	46	10
Una	-	1	-	-	-
Instrução	65	78	81	75	6

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Unidade realiza audiências de segunda a quinta-feira e, se necessário, às sextas-feiras.

A Corregedoria verifica que o número de audiências marcadas às sextas-feiras é muito baixo, embora houvesse acúmulo de processos aguardando a primeira audiência.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correccio- nada
08/20	37	14	49	45	3	18	37	10	34	54	8	3	35	27,75
09/20	61	44	51	88	41	51	83	32	74	102	60	42	64	62,42
10/20	71	41	48	120	86	58	73	34	90	88	49	72	59	70,67
11/20	97	100	122	201	205	83	100	81	82	158	66	94	80	114,08
12/20	88	46	50	84	242	21	76	45	60	75	40	41	46	72,33
01/21	22	8	34	31	54	11	25	13	27	31	19	14	8	24,08
02/21	115	48	134	62	131	61	79	39	67	85	56	62	54	78,75
03/21	105	66	144	96	173	94	96	60	89	102	63	116	81	101,58



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

04/21	149	74	196	106	90	101	114	62	81	118	27	78	121	103,58
05/21	129	89	225	117	172	91	113	79	57	126	57	140	136	184
06/21	115	114	181	139	105	131	74	77	83	114	138	126	143	118,83
07/21	106	99	145	93	96	57	114	50	93	43	135	142	160	102,83
TOTAL	1095	743	1379	1182	1398	777	984	582	837	1096	718	930	987	997,08

O número de audiências da unidade está sempre abaixo da média da Jurisdição, sendo a 3ª que menos fez audiências em João Pessoa no período correicionado (08/2020 a 07/2021).

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2020	2021 até 31/07
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	58	111
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	185	132
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	142	154
Da conclusão à prolação da sentença	11	21
Do ajuizamento até a prolação da sentença	162	155

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2020	2021 até 31/07
Embargos de declaração	Recebidos	132	102
	Julgados	138	101
	Pendentes	26	28
Tutelas Provisórias	Recebidos	132	128
	Decididas	88	113
	Pendentes	24	7
Liquidação	Recebidos	100	39



/Execução	Julgadas	63	46
	Pendentes	57	41

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/08/2020 a 31/07/2021			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	174	154	31
Recurso adesivo	11	10	2
Agravo de petição	128	90	18
Total	313	254	51

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO - TMDP 1c e TMDP 1e (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2020**: **105** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **348** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **211** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia 31/07, é de **162** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **288** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **200** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **162** dias, para o ano base 2020 e de **155** dias, relativo a este ano de 2021, até 31 de julho.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de 2020, foi de **2.133** dias, e de **958** dias, referente ao exercício atual até o dia 31 de julho.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no ano de 2020, foi o maior da jurisdição. Observa-se, ademais, a redução significativa do prazo no corrente ano.



8. FASE DE EXECUÇÃO (Fontes: Hórus e e-Gestão)

Item	2020	2021 até 31/07
Execuções pendentes no início do período	2.588	2.343
Execuções iniciadas	523	202
Desarquivados	148	132
Recebidos de outros Órgãos	41	2
Execução de título extrajudicial	1	-
Execuções encerradas	891	294
Remetidos a outros Órgãos	16	1
Processos arquivados provisoriamente	848	197
Execuções pendentes ao final do período	2.343	2.262

9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/07
Acordo	PJe	R\$ 8.296.593,16	R\$ 4.188.683,75
Espontâneo	PJe	R\$ 7.582.069,06	R\$ 2.016.892,63
Execução	PJe	R\$ 4.784.772,88	R\$ 728.397,10
TOTAL		R\$ 20.663.435,10	R\$ 6.933.973,48

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2020	2021 até 31/07
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 304.683,83	R\$ 85.064,76
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 3.263.996,00	R\$ 950.165,48
Imposto de renda	PJe	R\$ 618.460,94	R\$ 69.436,35
TOTAL		R\$ 4.187.140,77	R\$ 1.104.666,59

10. DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução



Constatou o Desembargador Corregedor que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/08/2020 a 31/07/2021		
Item	Sistema	Quantidade
SISBAJUD	Pje	452
INFOJUD	Pje	387
SIMBA	Pje	1
RENAJUD	Pje	361
BNDT	Pendentes (PJe)	636
	Incluídos (PJe)	84

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2020 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	93,19%
Unidade Correicionada	88,21%

Meta 1/2021 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	100,66%
Unidade Correicionada	82,99%

Para efeito de controle da **Meta 1/2021**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **515** casos novos (por distribuição) e **434** com primeiro julgamento, atingindo o percentual de **82,99%**.

Meta 2/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos primeiro e segundo graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,06% da Meta 2
	99,56% dos processos distribuídos até 31/12/2018



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	106,33% da Meta 2
	98,88% dos processos distribuídos até 31/12/2018

Meta 2/2021 – Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019 nos 1º e 2º graus

IPA – Índice de julgamento de processos antigos

Unidades de primeiro grau do TRT	102,73% da Meta 2
	95,53% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	102,93% da Meta 2
	95,72% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 3/2020 – Manter o índice de conciliação, na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2017/2018

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 39,40% em 2020

Unidades de primeiro grau do TRT	105,13% da Meta 3
	41,36% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	98,35% da Meta 3
	38,69% de índice de conciliação

Meta 3/2021 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual

IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 38,50% em 2021

Unidades de primeiro grau do TRT	102,62% da Meta 3
	39,51% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	120,71% da Meta 3
	46,48% de índice de conciliação

Meta 5/2020 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Unidades de primeiro grau do TRT	100,97%
Unidade Correicionada	168,62%

Meta 5/2021 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e cláusula de barreira na fase de execução: 65%

Unidades de primeiro grau do TRT	78,05%
----------------------------------	--------



Unidade Correicionada	62,91%
-----------------------	--------

Indicadores								
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL	
2021-01	29	37	464	1010	94,12	96,47	95,71	
2021-02	50	43	480	976	85,87	92,42	90,15	
2021-03	61	41	487	967	77,67	88,88	84,78	
2021-04	62	49	510	947	71,63	84,78	79,66	
2021-05	62	80	533	905	66,88	78,35	73,67	
2021-06	67	63	547	848	62,30	73,04	68,42	
2021-07	79	62	547	819	57,16	68,59	63,51	

Meta 6/2020 – Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau e até 31/12/2018 no 2º grau

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	105,27%
Unidade Correicionada	105,27%

Meta 7/2020 – Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior

IPJ – Índice de Processos Julgados

Unidades de primeiro grau do TRT	89,23%
Unidade Correicionada	55,69%

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não tenham sido fornecidos pelo CNJ, por meio de estudo das formas de cálculos utilizadas, a AGE indica, no que se refere aos baixados entre 2019 e 2020, um decréscimo no percentual de 11%:



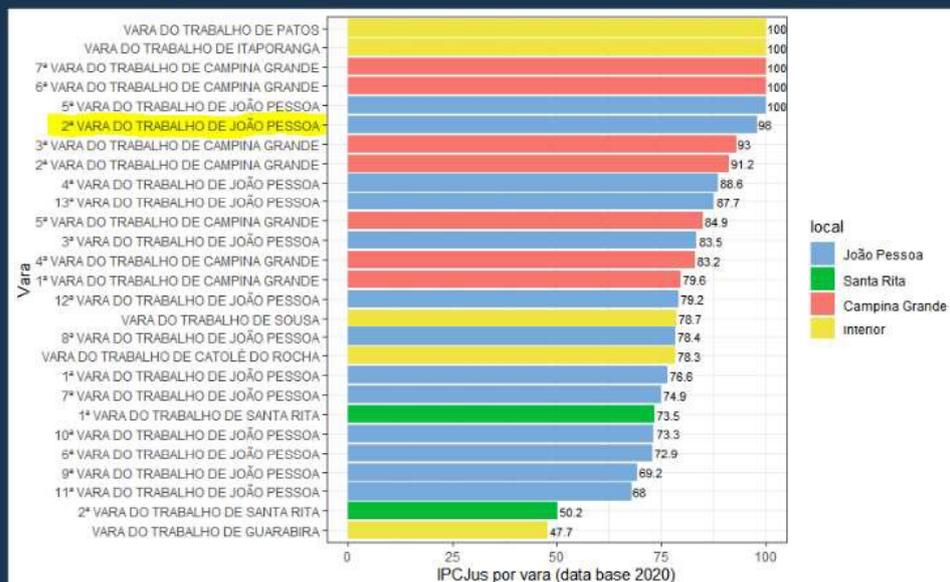
Comparação entre taxas de baixados 2019/2020

VARA	Taxa de baixados 2019	Taxa de baixados 2020	Varição 2019 - 2020
6ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	49	68 ▲	39%
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	66,3	66,1 ▬	0%
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	43,7	58,6 ▲	34%
VARA DO TRABALHO DE CATOLÉ DO ROCHA	42,3	54,7 ▲	29%
VARA DO TRABALHO DE SOUSA	56,4	53,2 ▼	-6%
5ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	51,8	52,8 ▬	2%
1ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	51,4	52,7 ▬	3%
2ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	55,8	52,1 ▼	-7%
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	49	50,3 ▬	3%
3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	63,7	48,5 ▼	-24%
VARA DO TRABALHO DE ITAPORANGA	35	47,6 ▲	36%
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,5	46,1 ▼	-14%
4ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,3	46 ▬	-3%
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	57	45,1 ▼	-21%
1ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	47,9	45,1 ▼	-6%
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	39,2	44,9 ▬	15%
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	42,6	44,4 ▬	4%
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	53,4	43,5 ▼	-19%
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	48,7	42,8 ▼	-12%
7ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINA GRANDE	44,7	42,7 ▬	4%
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	47,6	41,1 ▼	-14%
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,5	38,4 ▬	15%
VARA DO TRABALHO DE PATOS	43,1	35,1 ▼	-19%
2ª VARA DO TRABALHO DE SANTA RITA	41	34,4 ▼	-16%
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	34,5	30,6 ▼	-11%
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	33,3	28,8 ▼	-14%
VARA DO TRABALHO DE GUARABIRA	28,7	21 ▼	-27%



Foi, também, elaborada pela AGE uma estimativa do índice IPC-Jus por unidade judiciária, havendo a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa atingido o percentual aproximado de **98%**.

IPCJus por vara (data base 2020, metodologia antiga)





Considerando-se as variáveis analisadas pelo CNJ, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, uma considerável redução nos quantitativos de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere à fase de conhecimento no ano de 2020, e, proporcionalmente, que a quantidade média se mantém no ano de 2021 até julho, enquanto que, na fase de execução, entre 2020 e 2021, houve grande redução na quantidade de baixados.

No ano de 2020 e primeiro semestre de 2021, observa-se que a redução na quantidade de processos baixados na fase de conhecimento se dá, principalmente, em virtude do baixo volume de processos incluídos nas pautas, enquanto que, no ano de 2020, a unidade intensificou o trabalho na execução, alcançando o segundo lugar na quantidade de baixados.

Processos baixados	2019	2020	2021 até 31/07
Fase de conhecimento	994	664	410
Fase de execução	579	1.000	366

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.076
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.066
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.062
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.002
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	994
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	965
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	936
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	911
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	903
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	878
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	813
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	408
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	359



Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/conhecimento)

Vara do Trabalho		
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	721
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	675
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	664
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	640
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	635
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	604
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	600
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	576
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	563
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	537
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	525
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	524

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento - até julho/2021)

Vara do Trabalho		
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	570
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	562
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	489
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	482
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	480
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	465
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	460
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	454
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	452
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	450
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	410
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	372

Comparativo por jurisdição - 2019 (baixados/execução)

Vara do Trabalho		
	8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
	7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	725
	6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	694
	1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	584
	2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	579
	5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	559
	4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	533
	3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	504
	9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	468
	10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	437
	11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	138
	12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	79
	13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	15



Comparativo por jurisdição - 2020 (baixados/execução)

Vara do Trabalho		
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.209	
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.000	
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	767	
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	756	
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	718	
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	608	
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	574	
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	551	
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	455	
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	340	
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212	
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	140	
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110	

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução - até julho/2021)

Vara do Trabalho		
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	571	
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	542	
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	512	
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	505	
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	366	
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	357	
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	325	
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	306	
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	247	
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	242	
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	171	
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	166	
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	159	

Deverá a unidade judiciária intensificar a inclusão de processos em pautas de audiências telepresenciais, iniciais, de instrução e conciliatórias, bem assim a utilização de ferramentas eletrônicas na fase de execução, com vistas à diminuição do acervo de processos da unidade judiciária, medidas que decerto contribuirão para a elevação do índice IPC-Jus.

Por fim, registra-se que, em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na 855ª colocação (3º quartil), entre as 1.570 varas do país, conforme pesquisa efetuada em 17/08/2021. Tal posição é o penúltimo lugar entre todas as varas do Regional, estando a frente apenas da Vara do Trabalho de Guarabira.



Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho do país com quantitativo de casos novos entre 751 e 1000 (267 varas no total), a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/07/2020 a 30/06/2021):

TRT/Vara	IGEST	Acervo	Taxa de Congestionamento	Celeridade	Produtividade	Força de trabalho
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	1º	8º	7º	2º	13º
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	8º	2º	148º	1º	2º
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	2º	115º	5º	3º	8º
13ª Região - PB - 2ª Vara de João Pessoa	175º	163º	190º	100º	173º	192º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as mesmas Varas do Trabalho acima indicadas:

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	47,37	37,41	800,59
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	24,33	40,33	240,33
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	102,79	7,4	1.695,15



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13ª Região - PB - 2ª Vara de João Pessoa	175º	154,16	168,1	1.661,69
---	-------------	---------------	--------------	-----------------

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
12ª Região - SC - 1ª Vara de Fraiburgo	1º	936	101	8
14ª Região - RO e AC - 3ª Vara de Porto Velho	2º	893	1.053	11
20ª Região - SE - 1ª Vara de Nossa Senhora da Glória	3º	427	1.737	7
13ª Região - PB - 2ª Vara de João Pessoa	175º	565	750	13

Observando os mesoindicadores do eGestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de setembro e dezembro/2020, março e junho/2021, estando a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 19/08/2021):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtivi- dade	Taxa de congestio- namento	Força de trabalho
setembro 2020	982º	1328º	997º	624º	485º	897º
dezembro 2020	934º	1284º	1173º	359º	475º	733º
março 2021	956º	1284º	1051º	408º	671º	847º
junho 2021	855º	778º	969º	578º	891º	1055º

Ainda para demonstrar os números obtidos pela 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa, no que se refere aos prazos de janeiro a julho de 2021:



Ajuizamento até a prolação da sentença	
2ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
154,6 dias	197,8 dias
Início ao encerramento da liquidação	
2ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
142,3 dias	210,8 dias

Início à extinção da execução - ente privado	
2ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
974,9 dias	995,3 dias
Início à extinção da execução - ente público	
2ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
805,7 dias	806,9 dias

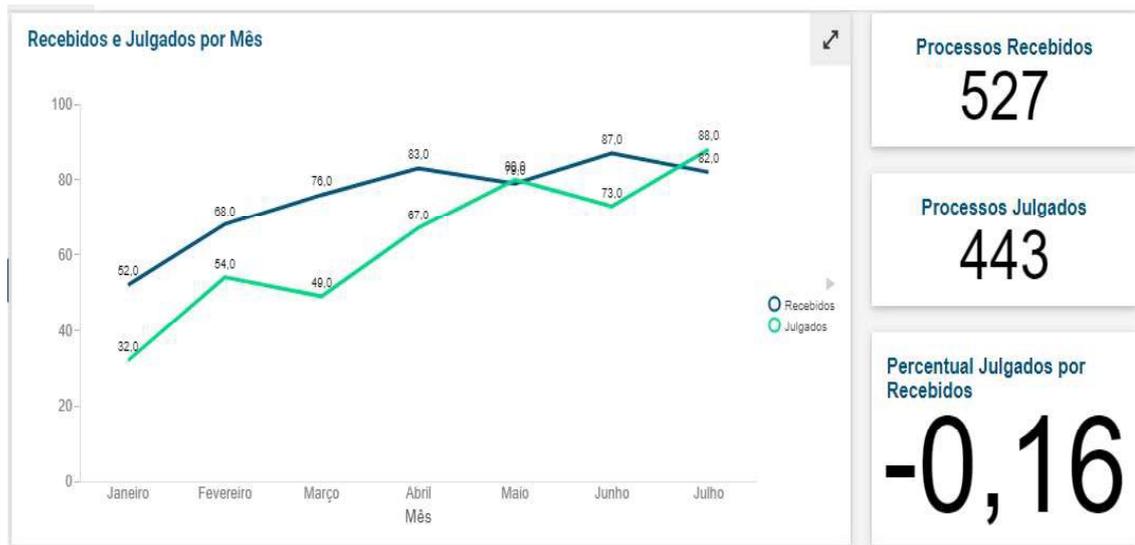
Do ajuizamento da ação até o arquivamento no 1º grau	
2ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
1.053 dias	1.048 dias

Com relação ao percentual de processos julgados por recebidos no período de janeiro a julho de 2021, o Portal e-Gestão, em consulta realizada no dia 19/08/2021, apresenta os seguintes dados:

Percentual de processos julgados por recebidos	
2ª Vara do Trabalho de João Pessoa	Unidades judiciárias de Tribunais de pequeno porte
-15,9%	-3,7%



Os números da unidade podem ser observados no gráfico:



JUÍZES

13. AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – Juíza Titular (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 11980/19	06/08/2020 a 25/08/2020	20
Férias	Protocolo TRT nº 06963/20	12/01/2021 a 31/01/2021	20
Férias	Protocolo TRT nº 06963/20	17/04/2021 a 06/05/2021	20
Compensação - plantão judiciário	Protocolo TRT nº 09021/20	02/10/2020 a 02/10/2020	1

AFASTAMENTOS DE JURISDIÇÃO – Juiz Substituto (Fonte: SUAP)

Motivação	Normativo	Período	Dias
Férias	Protocolo TRT nº 06963/20	12/03/2021 a 31/03/2021	20
Férias	Protocolo TRT nº 06963/20	15/07/2021 a 31/07/2021	17

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.



13.2 Audiências realizadas (1º/08/2020 a 31/07/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Instrução	Una	Inicial	Inquirição testemunha/Enc da instrução	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Sérgio Cabral dos Reis	137	1	41	16	83	48	326
Solange Machado Cavalcanti	172	-	32	1	102	80	387

13.3 Incidentes julgados (1º/08/2020 a 31/07/2021) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação /Execução	Total
Solange Machado Cavalcanti	67	63	40	170
Sérgio Cabral dos Reis	64	77	26	167
Jose Guilherme Marques Junior	2	2	1	5
Maria Íris Diógenes Bezerra	-	1	-	1
Adriana Sette da Rocha	-	1	-	1

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – SOLUCIONADOS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência/ Outras Decisões	
José Guilherme Marques Júnior	2	1	3	1	-	-	1	-	8
Sérgio Cabral dos Reis	143	64	53	15	-	2	25	22	324
Solange Machado Cavalcanti	119	40	90	22	1	-	21	14	307

No período correicionado, a Juíza titular laborou 274 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,12 processo/dia.

O Juiz substituto laborou 315 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,03 processo/dia.

Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.



14.1 Processos sentenciados por classe processual

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	297
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	156
Homologação da Transação Extrajudicial	80
Embargos de Terceiro Cível	61
Consignação em Pagamento	16
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	13
Ação de Cumprimento	5
Ação Civil Pública Cível	5
Alvará Judicial - Lei 6858/80	4
Tutela Antecipada Antecedente	2
Mandado de Segurança Cível	1
Produção Antecipada da Prova	1

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Solange Machado Cavalcanti	125	96,15%
José Guilherme Marques Júnior	4	100%
Sérgio Cabral dos Reis	112	95,73%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
José Guilherme Marques Júnior	8
Sérgio Cabral dos Reis	317
Solange Machado Cavalcanti	306



16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 18 dias

Magistrado	Dias
José Guilherme Marques Júnior	23
Sérgio Cabral dos Reis	19
Solange Machado Cavalcanti	16

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2020 e a presente correição, o primeiro ciclo do observatório foi relativo aos meses de janeiro e abril de 2021, tendo sido apresentada resposta pela unidade judiciária em 18/06/2021, esclarecendo a magistrada que a opção pela utilização do rito do CPC causou um elastecimento na duração do processo na fase de conhecimento e que, a partir do mês de maio, retomou a opção pelo rito da CLT, com designação imediata de audiência.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria Unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foram registrados, até 31/07/2021, os seguintes pagamentos:

Devolução ao reclamado - conta existente	R\$ 1.381.751,14
Pagamento ao advogado - conta existente	R\$ 52.444,95



Pagamento ao reclamante - conta existente	R\$ 93.708,83
Pagamento ao perito - conta existente	R\$ 2.057,14
Pagamento ao perito - conta nova	R\$ 664,73
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 678.470,63
Recolhimento de custas processuais	R\$ 80,52
Transferência para processo de outro órgão	R\$ 181.664,01
Transferência para processo judicial da mesma Unidade	R\$ 205.177,04
Valor convertido em renda - União Federal - Alvará pela Corregedoria	R\$ 15.269,03
TOTAL	R\$ 2.611.288,02

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, fato não ocorrido, por exemplo, nos processos 0015900-49.2011.5.13.0002, 0130109-26.2014.5.13.0002, 0000853-59.2016.5.13.0002.

O Corregedor destaca a necessidade de que sejam tomadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 50 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT SCR nº 67/2020, havendo a prolação de 31 despachos correicionais no PJe.



Concede o Desembargador Corregedor o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 67/2020, não houve registros nos últimos 6 meses de reclamações de processos que tramitam na unidade judiciária correicionada.

20. RECOMENDAÇÕES

Aos Juízes

1. Recomendações gerais

- a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso;
- b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;
- c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego, com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;
- d) observar as recomendações e provimentos editados pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT SCR nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários;
- e) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT).



- f) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convocada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);
- g) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serajud, CNIB, CENSEC, dentre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;
- h) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Simba, Serasajud, CNIB, CENSEC, dentre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase execução;
- i) priorizar a redução dos prazos médios nos processos em tramitação na Unidade, seja por meio de incremento da pauta e redução do prazo para julgamento, na fase de conhecimento, seja por meio da utilização mais célere das ferramentas eletrônicas;
- j) nos casos de processos com quantia habilitada em processos pilotos de execução reunida, determinar o sobrestamento do feito por reunião da execução, acrescentando ao complemento o número do processo, evitando-se que permaneçam em situações diversas, em prejuízo ao tempo médio na fase de execução.
- l) determinar a remessa à Central Regional de Efetividade dos processos de execução de custas e contribuições previdenciárias (Regulamento Geral, artigo 37, inciso VII).

Ao Diretor de Secretaria

- a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade e corrigi-las;



- b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;
- c) orientar a equipe a dispensar maior atenção quando do cumprimento das determinações de alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- d) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos, especialmente nos processos na tarefa arquivo provisório, e outras providências, a fim de que sejam oportunamente impulsionados;
- e) incentivar a equipe a executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000921-09.2016.5.13.0002, 0000890-18.2018.5.13.0002, 0096200-27.2013.5.13.0002, 0000935-90.2016.5.13.0002, 0001965-63.2016.5.13.0002, 0161400-78.2013.5.13.0002, 0000914-12.2019.5.13.0002, 0000583-98.2017.5.13.0002.
- f) proceder com regularidade à revisão do relatório constante no Sisbajud relativa aos bloqueios efetivados com desdobramentos pendentes.

Aos servidores

- a) proceder ao lançamento, com regularidade, no sistema PJe, dos pagamentos e levantamentos de créditos trabalhistas, inclusive daqueles decorrentes do pagamento de acordos, bem como os recolhimentos fiscais, previdenciários e de custas, tanto na fase de conhecimento como na de execução, evitando o ocorrido nos processos 0000794-03.2018.5.13.0002, 0000552-15.2016.5.13.0002, 0000842-25.2019.5.13.0002;
- b) dispensar mais atenção quando do cumprimento das determinações judiciais relativas à inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT;
- c) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados.



d) proceder ao constante acompanhamento dos processos da fase de execução, com a utilização de ferramentas eletrônicas e prosseguimento do feito, evitando-se o ocorrido nos processos 0000921-09.2016.5.13.0002, 0000890-18.2018.5.13.0002, 0096200-27.2013.5.13.0002, 0000935-90.2016.5.13.0002, 0001965-63.2016.5.13.0002, 0161400-78.2013.5.13.0002, 0000914-12.2019.5.13.0002, 0000583-98.2017.5.13.0002.

e) utilizar a ferramenta Gigs para controle de processos, evitando-se, por exemplo, que falhas do tipo erro na publicação, ocasionem a manutenção indefinida nos processos na tarefa aguardando término de prazos, a exemplo dos processos 0130541-11.2015.5.13.0002, 0000037-09.2018.5.13.0002. Outro exemplo são os processos mantidos em arquivo provisório que aguardam decurso de prazo prescricional.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Desembargador Corregedor constata que a Unidade correicionada vem funcionando em plena regularidade, o que é claramente evidenciado pelo cumprimento da Meta 2/2020 do CNJ (**106,33%**), desempenho que, no atual exercício, já vem atingindo **102,93%**, recomendando que mantenha o mesmo padrão até o final deste exercício.

Registra o ótimo índice de conciliação alcançado, especificamente de janeiro a julho do corrente ano (**46,48%**), superior ao estipulado pelo Regional (**38,50%**) para este exercício, destacando-se, ainda, pelo cumprimento parcial da Meta 3 do CNJ (**120,71%**) neste exercício, o que revela a habilidade dos juízes na pacificação dos conflitos sociais submetidos às suas análises, privilegiando, dessa forma, os princípios da economia e celeridade processual.

Observa o Corregedor, com satisfação, que a Vara correicionada apresentou uma redução significativa no tempo médio de duração do processo na fase de execução - de **2.133** dias em 2020 para **958** em 2021, como também no quantitativo de processos pendentes nessa fase, de **2.343** no exercício anterior



para **2.262** no atual período, o que certamente refletiu no cumprimento da Meta 5/2020, cujo índice alcançou o patamar de **168,62%** motivo pelo qual parabeniza pelo comprometimento na prestação jurisdicional.

Por outro lado, registra a preocupação com o número expressivo de processos aguardando a primeira audiência, impactando diretamente no cumprimento da Meta 1/2021, cujo índice se encontra na ordem de **82,99%**.

Como destacado no item 17 relativo ao Observatório, o fato de a magistrada ter optado pela utilização do rito do CPC causou um elastecimento na duração do processo na fase de conhecimento, podendo-se observar que no mês de julho a unidade já conseguiu julgar mais processos que a quantidade de casos novos.

Por recortes parciais, mês a mês, observa-se que nos meses de julho e agosto a unidade conseguiu alcançar a Meta 1/2021.

A quantidade de audiências marcadas no período correicionado demonstra a necessidade de intensificação das pautas e também dos julgamentos, observando-se, por meio do Hórus, que a quantidade de processos no mês de agosto para o atingimento da Meta 1/2021 é de 82 processos.

Afigura-se necessário um planejamento eficiente levando em consideração a projeção de casos novos até 10/12/2021, a quantidade de pautas realizadas semanalmente e a quantidade de processos em cada pauta.

Constata o Corregedor que a Meta 5/2021 vem obtendo o percentual **62,91%**, e apresentando uma redução das taxas de congestionamento nas fases de conhecimento – de **94,12%** em janeiro para **57,16%** em julho – e de execução – de **96,47%** em janeiro para **68,59%** em julho – o que demonstra o comprometimento da Unidade correicionada, recomendando a equipe que envide esforços para o atingimento da referida meta até o final deste exercício, cujo índice almejado pelo Regional é de **26,40%** na fase de conhecimento e de **65,12%** na fase de execução.

Destaca-se que a quantidade de processos baixados na fase de conhecimento entre 2020 e primeiro semestre de 2021 está totalmente relacionada à



inclusão de poucos processos na pauta, fato identificado quando se analisa a tabela constante no item 3.2 da ata, podendo-se observar que a unidade se manteve abaixo da média durante todo o período correccionado, percebendo-se o incremento na pauta apenas a partir do mês de junho do corrente ano.

Diante dessas considerações, enaltece-se a qualidade da atividade judicial desempenhada pelos integrantes da 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa, ao tempo em que se reconhece a dedicação da equipe em fornecer atendimento de qualidade aos jurisdicionados.

O Excelentíssimo Desembargador Corregedor agradece à Juíza Titular, Solange Machado Cavalcanti, ao Juiz substituto, Sérgio Cabral dos Reis, ao Diretor de Secretaria, Heldegardo dos Santos e demais servidores nesta sessão telepresencial.

Nada mais havendo a tratar, tem-se por encerrados os trabalhos nesta data, e eu, Talita Simões Leão, Secretária da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pelo Desembargador Corregedor, que deixa assinado o prazo de 8 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, apresentar suas considerações. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, não havendo outra providência a ser tomada, archive-se.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

THIAGO DE OLIVEIRA ANDRADE
Desembargador Vice-Presidente e Corregedor



ANEXO

VISTOS

0000707-18.2016.5.13.0002	0000037-09.2018.5.13.0002	0096200-27.2013.5.13.0002
0000571-16.2019.5.13.0002	0000087-64.2020.5.13.0002	0000151-74.2020.5.13.0002
0161400-78.2013.5.13.0002	0000192-12.2018.5.13.0002	0131087-66.2015.5.13.0002
0000149-07.2020.5.13.0002	0000160-61.2020.5.13.0026	0000667-94.2020.5.13.0002
0000748-77.2019.5.13.0002	0001174-60.2017.5.13.0002	0000125-76.2020.5.13.0002
0083500-82.2014.5.13.0002	0130753-32.2015.5.13.0002	0000108-40.2020.5.13.0002
0000022-35.2021.5.13.0002		

DESPACHOS CORREICIONAIS

0130541-11.2015.5.13.0002	0000921-09.2016.5.13.0002	0000890-18.2018.5.13.0002
0000243-86.2019.5.13.0002	0000210-04.2016.5.13.0002	0000771-57.2018.5.13.0002
0001799-31.2016.5.13.0002	0000412-64.2020.5.13.0026	0000935-90.2016.5.13.0002
0001965-63.2016.5.13.0002	0001311-76.2016.5.13.0002	0000213-56.2016.5.13.0002
0130856-33.2015.5.13.0004	0000914-12.2019.5.13.0002	0000427-08.2020.5.13.0002
0001205-80.2017.5.13.0002	0001391-06.2017.5.13.0002	0131771-88.2015.5.13.0002
0131750-15.2015.5.13.0002	0131316-26.2015.5.13.0002	0000108-06.2021.5.13.0002
0001603-61.2016.5.13.0002	0000794-03.2018.5.13.0002	0000613-65.2019.5.13.0002
0000980-26.2018.5.13.0002	0000552-15.2016.5.13.0002	0000583-98.2017.5.13.0002
0000100-34.2018.5.13.0002	0000595-15.2017.5.13.0002	0000097-11.2020.5.13.0002
000842-25.2019.5.13.0002		